

**EDITAL DE N.º 001/20202, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.**

**SELEÇÃO DE MEDIADORES E ÁRBITROS PARA A CÂMARA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM  
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL PIAUÍ**

**CARGO: MEDIADOR(A) E ÁRBITRO(A)**

**Data: 22/02/2021**

**Horário: 14h00min às 17h30min**

**INSTRUÇÕES:**

- 1 - Para fazer a prova você usará este CADERNO DE PROVA e um CARTÃO-RESPOSTA, os quais deverão ser preenchidos com os dados corretamente.
- 2 - Examine se há marcações indevidas, no CARTÃO-RESPOSTA, no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal do grupo.
- 3 - A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- 4 - Verifique, no caderno de prova, se faltam folhas, se a sequência de questões, no total de **30** (trinta), está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade. **Não destaque folhas do caderno de prova.**
- 5 - Para cada questão são apresentadas **4** (quatro) alternativas diferentes de respostas (**A, B, C e D**). Apenas uma delas constitui a **resposta correta** em relação ao **enunciado da questão**.
- 6 - Utilize **caneta esferográfica com tinta preta** (preferencialmente) ou **azul**.
- 7 - Questões em branco, que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras não serão consideradas.
- 8 - Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, o porte e utilização, mesmo desligados, de aparelhos celulares ou similares, de calculadoras ou similares, de relógios, de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta, sendo eliminado do concurso o candidato que descumprir esta determinação.
- 9 - A duração da prova será de **3** (três) horas e **30** (trinta) minutos, incluindo o preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 10 - Ao terminar a prova, entregue o CADERNO DE PROVA e o CARTÃO-RESPOSTA.
- 11 - Para conferir suas respostas com o gabarito oficial, anote-as no quadro constante do rodapé da última folha, o qual poderá ser destacado e levado com você.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

**N OAB**

**C A R G O**

MEDIADOR(A) E ÁRBITRO(A)

**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**

**LOCAL**

SALA ESAPI - PARNAIBA

## MEDIAÇÃO - QUESTÕES 01 A 15

1. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. O mediador atua de forma mais ativa, em conflitos pontuais, sugerindo soluções e possíveis arranjos em casos nos quais não exista qualquer relacionamento anterior entre as partes;
- b. Considera-se mediação o método utilizado em conflitos mais simples, ou restritos, no qual o terceiro interventor pode adotar uma posição mais ativa, porém neutra com relação ao conflito e imparcial. É um processo consensual breve, que busca uma efetiva harmonização social e a restauração, dentro dos limites possíveis, da relação social das partes;
- c. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia;
- d. A mediação é um método indicado, exclusivamente, para solução de conflitos relativos a direitos patrimoniais acerca dos quais os litigantes possam dispor.

2. De acordo com o **Art. 02º da Lei 13.140/15**, a mediação de conflitos é orientada pelos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a. Informalidade;
- b. Autonomia da vontade das partes;
- c. Devido processo legal;
- d. Boa-fé.

3. Segundo o **Art. 9º da Lei 13.140/15**, poderá funcionar como mediador **EXTRAJUDICIAL**:

- a. A pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores;
- b. Advogado, devidamente registrado e com suas obrigações em dia com a Ordem e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores;
- c. A pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se;
- d. A pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação e seja registrado em algum tipo de entidade de classe, conselho ou associação de mediadores extrajudiciais.

4. Considerando a **Lei 13.140/15**, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele;
  - Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes são obrigadas a permanecer em um procedimento de mediação;
  - O princípio do contraditório é um dos princípios que orienta a mediação;
  - No desempenho de sua função, o mediador não poderá reunir-se com as partes separadamente;
5. Pode ser objeto de mediação de conflitos:
- O conflito que verse sobre direitos indisponíveis e intransigíveis, desde que homologados em juízo e com a oitiva do Ministério Público;
  - Somente o conflito de direitos dos quais os litigantes possam dispor;
  - O conflito que verse sobre direitos disponíveis e indisponíveis, sem a necessidade de homologação judicial;
  - O conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação;
6. Com relação à participação do advogado em mediações **EXTRAJUDICIAIS**, é **CORRETO** afirmar:
- As partes não poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos quando o conflito versar sobre direito disponíveis;
  - As partes não poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos quando o conflito versar sobre direito indisponíveis;
  - Comparecendo apenas uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador poderá prosseguir com o procedimento normalmente;
  - Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.
7. Considerando a **Lei 13.140/15**, assinale a alternativa **CORRETA**:
- O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal;
  - Considera-se instituída a mediação na data em que foi assinado contrato com cláusula de mediação ou termo de compromisso de mediação;
  - Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes poderão ser marcadas mesmo sem a sua anuência;
  - O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial deverá ser feito via carta registrada com aviso de recebimento.

8. De acordo com a **Lei 13.140/15**, no que tange a confidencialidade do processo de mediação, é **CORRETO** afirmar que:
- Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo em hipótese alguma ser revelada, sequer em processo arbitral ou judicial;
  - Pode o mediador revelar a informação prestada por uma parte em sessão às demais, exceto se expressamente desautorizado;
  - Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, podendo ser revelada somente se as partes expressamente decidirem de forma diversa;
  - Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.
9. Dentre as opções abaixo, assinale aquela que aponta a indicação da mediação para solução dos conflitos.
- As partes compartilham algum grau de responsabilidade pelo estado do conflito;
  - Uma das partes quer provar a verdade dos seus feitos;
  - Existe delito de ação pública ou violência ou maus tratos;
  - No conflito existem princípios inegociáveis.
10. Analise as afirmativas apresentadas quanto à aplicabilidade da mediação e marque a sequência **CORRETA**.
- I - As partes querem conservar o controle sobre o resultado;  
II - A lentidão do procedimento formal favorece a uma das partes;  
III - Não existe grande desequilíbrio de poder entre as partes;  
IV - Quer se estabelecer um precedente legal;
- Recomendada; Não recomendada; Não recomendada; Recomendada;
  - Recomendada; Não recomendada; Recomendada; Não recomendada;
  - Recomendada; Recomendada; Não recomendada; Não recomendada;
  - Não recomendada; Recomendada; Não recomendada; Recomendada;
11. Há uma cultura do litígio enraizada na sociedade, cuja tendência é resolver os conflitos de forma adversária. Nessas circunstâncias, os denominados meios alternativos de resolução de conflitos apresentam especial importância, com destaque para a mediação, na medida em que possuem os seguintes objetivos:
- Aliviar o congestionamento do judiciário;
  - Promover a pacificação social;
  - Democratizar o acesso à justiça;
  - Garantir a legitimidade dos ritos judiciais.

12. Um dos principais trabalhos do mediador é esclarecer os conflitos trazidos a uma sessão, utilizando uma técnica específica para ouvir os fatos expostos por cada litigante. Manter o foco no relato da parte, evitando pensamentos paralelos ou interrupções, não se deixar influenciar por preconceitos, juízos de valor, posicionamentos pessoais e confirmar o conteúdo da fala, expondo o que foi compreendido para o interlocutor são características de qual técnica de mediação de conflitos?
- Parafraseamento;
  - Caucus;
  - Escuta ativa;
  - Rapport;
13. A mediação se pauta por um vínculo de confiança entre os mediadores e partes, ao ponto de elas ficarem à vontade para expor pontos de vista, necessidades, interesses e propostas para solucionar o conflito. Ao agir com o objetivo de dar segurança e suporte aos envolvidos, principalmente por meio de demonstrações de empatia, o mediador está utilizando qual técnica de mediação de conflitos?
- Rapport;
  - Brainstorming;
  - Caucus;
  - Constelação.
14. Em uma situação em que as partes estão muito agressivas e se interrompem ou quando, embora convencidas da necessidade de uma solução consensual, nem sempre as pessoas desejam partilhar informações financeiras e negociais, dificultando o trabalho do mediador. O mediador, nesse caso, pode solicitar que um dos litigantes aguarde por cerca de alguns minutos, em uma sala de espera, enquanto ouve o outro. Como denominamos essa técnica de mediação?
- Constelação;
  - Escuta ativa;
  - Caucus;
  - Rapport.
15. A mediação é uma forma consensual de resolução de controvérsias, em que as partes envolvidas têm a oportunidade de solucionar seus conflitos, com a participação de um mediador. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA** sobre o tema:
- A mediação tem como um dos objetivos a prevenção de conflitos. A mediação estimula um comportamento de comunicação pacífica. Quando os indivíduos conhecem o processo de mediação e percebem que essa forma de resolução é adequada e satisfatória, passam a utilizá-lo com mais frequência;

II. A mediação exige das partes envolvidas a discussão aberta sobre os problemas, comportamentos, direitos e deveres de cada um;

III. A mediação reforça a cultura do conflito, na medida em que abre espaço para que as pessoas falem o que pensam, expondo abertamente todos os seus sentimentos negativos;

IV. Os princípios da mediação são os seguintes: (1) liberdade das partes; (2) não competitividade; (3) poder de decisão das partes; (4) participação do terceiro imparcial (mediador); (5) competência do mediador; (6) informalidade dos processos; e (7) confidencialidade do processo.

- a. Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas;
- b. Apenas as afirmativas III e IV estão corretas;
- c. Apenas as afirmativas I e IV estão incorretas;
- d. Apenas a afirmativa I está correta;

### **ARBITRAGEM – QUESTÕES 16 A 30**

16. Uma arbitragem, conduzida na Argentina segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional - CCI condenou uma empresa com sede no Brasil ao pagamento de uma indenização à sua ex-sócia argentina. Para ser executável no Brasil, esse laudo arbitral:

- a. Dispensa homologação pelo STJ, nos termos da Convenção de Nova York;
- b. Precisa ser homologado pelo Judiciário argentino e depois, pelo STJ;
- c. Precisa ser homologado pelo STJ, por ser laudo arbitral estrangeiro;
- d. Dispensa homologação, por ser laudo arbitral proveniente de país do Mercosul.

17. Rolim Crespo, administrador da sociedade Indústrias Reunidas Novo Horizonte do Oeste Ltda., consultou sua advogada para lhe prestar orientação quanto à inserção de cláusula compromissória em um contrato que a pessoa jurídica pretende celebrar com uma operadora de planos de saúde empresariais. Pela leitura da proposta, verifica-se que não há margem para a negociação das cláusulas, por tratar-se de contrato padronizado, aplicado a todos os

aderentes. Quanto à cláusula compromissória inserida nesse contrato, assinale a opção que apresenta a orientação dada pela advogada.

- a. É necessária a concordância expressa e por escrito do aderente com a sua instituição, em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou o visto para essa cláusula;
- b. É nula de pleno direito, por subtrair do aderente o direito fundamental de acesso à justiça, e o contrato não deve ser assinado;
- c. Somente será eficaz se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem, e, como a iniciativa foi do proponente e unilateral, ela é nula;

- d. Somente será eficaz se houver a assinatura do aderente no contrato, vedada qualquer forma de manifestação da vontade em documento anexo ou, simplesmente, com o visto para essa cláusula.
18. A multinacional estrangeira Computer Inc., com sede nos Estados Unidos, celebra contrato de prestação de serviços de informática com a sociedade empresarial Telecomunicações S/A, constituída de acordo com as leis brasileiras e com sede no Estado de Goiás. Os serviços a serem prestados envolvem a instalação e a manutenção dos servidores localizados na sede da sociedade empresarial Telecomunicações S/A. Ainda consta, no contrato celebrado entre as referidas pessoas jurídicas que eventuais litígios serão dirimidos, com exclusividade, perante a Corte Arbitral Alfa, situada no Brasil. Após discordâncias sobre o cumprimento de uma das cláusulas referentes à realização dos serviços, a multinacional Computer Inc. ingressa com demanda no foro arbitral contratualmente avençado. Com base no caso concreto, assinale a afirmativa **CORRETA**:
- a. A cláusula compromissória prevista no contrato é nula de pleno direito, uma vez que o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto constitucionalmente, impede que ações que envolvam obrigações a serem cumpridas no Brasil sejam dirimidas por órgão que não integre o Poder Judiciário nacional;
  - b. Caso a empresa Telecomunicações S/A ingresse com demanda perante a Vara Cível situada no Estado de Goiás, o juiz deverá resolver o mérito, ainda que a sociedade Computer Inc. alegue, em contestação, a existência de convenção de arbitragem prevista no instrumento contratual;
  - c. Visando efetivar tutela provisória deferida em favor da multinacional Computer Inc., poderá ser expedida carta arbitral pela Corte Arbitral Alfa para que órgão do Poder Judiciário, com competência perante o Estado de Goiás, pratique atos de cooperação que importem na constrição provisória de bens na sede da sociedade empresarial Telecomunicações S/A, a fim de garantir a efetividade do provimento final;
  - d. A sentença arbitral proferida pela Corte Arbitral Alfa configura título executivo extrajudicial, cuja execução poderá ser proposta no foro do lugar onde deva ser cumprida a obrigação.
19. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**.

Com base no disposto na **Lei nº 9.307/96** e suas alterações posteriores, **é possível** afirmar que:

I – Do compromisso arbitral deverá constar, obrigatoriamente, o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes; o nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros; a matéria que será objeto da arbitragem; o local, ou locais, onde se desenvolverá a arbitragem e onde será proferida a sentença arbitral;

II – Extingue-se o compromisso arbitral escusando-se qualquer dos árbitros, antes de aceitar a nomeação, a menos que as partes tenham declarado, expressamente, aceitar substituto;

III – São requisitos obrigatórios da sentença arbitral: o relatório, que conterà os nomes das partes e um resumo do litígio; os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade; o

dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; a data e o lugar em que foi proferida;

IV – Para que haja a homologação da sentença arbitral estrangeira, deverá haver requerimento da parte interessada, devendo a petição inicial conter as indicações da lei processual, conforme o art. 282 do Código de Processo Civil, sendo dispensável a apresentação do original da sentença arbitral, desde que substituído por cópia devidamente certificada, autenticada pelo consulado brasileiro e acompanhada de tradução oficial e sendo dispensável a apresentação do original da convenção de arbitragem, desde que substituído por cópia devidamente certificada, acompanhada de tradução oficial.

Estão **CORRETAS**:

- a. I, III e IV;
- b. I e II;
- c. II e III;
- d. III e IV.

20. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente sobre arbitragem (**lei 9.307/96**), assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. As pessoas capazes poderão contratar a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais, disponíveis ou indisponíveis;
- II. A administração pública direta poderá contratar a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis;
- III. A cláusula compromissória arbitral escrita pode estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira;
- IV. O árbitro deverá ser capaz e ter concluído curso superior.

- a. Todas as assertivas estão incorretas;
- b. Todas as assertivas estão corretas;
- c. As assertivas II e III estão corretas;
- d. Apenas a assertiva I está incorreta.

21. De acordo com a **Lei 9.307/96**, que dispõe sobre a arbitragem, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de três meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro;

- b. Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública;
- c. Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou pela maioria absoluta, se forem vários;
- d. Às partes é vedado estabelecer o processo de escolha dos árbitros, devendo adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

22. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número par, podendo nomear, também, os respectivos suplentes;
- b. Sendo nomeados vários árbitros, estes, por maioria, elegerão o presidente do tribunal arbitral. Não havendo consenso, será designado presidente o mais idoso;
- c. O árbitro ou o presidente do tribunal designará, se julgar conveniente, um secretário, que poderá ser um dos árbitros;
- d. As partes poderão, de comum acordo, estabelecer o processo de escolha dos árbitros, ou adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

23. Em relação à **Lei de arbitragem**, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a. Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública;
- b. É vedada a administração pública direta e indireta utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis;
- c. A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes;
- d. As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

24. A respeito de uma sentença arbitral, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. Apenas terá seus efeitos equiparados aos da sentença judicial a sentença arbitral proferida em arbitragem na qual o notário tenha sido árbitro, já que este possui fé pública;
- b. A sentença arbitral que determinar a transferência da propriedade de determinado bem imóvel a uma das partes da arbitragem não está sujeita à revisão pelo Poder Judiciário;
- c. A arbitragem é procedimento administrativo e, por isso, não poderá a sentença arbitral ser levada a registro;
- d. A sentença arbitral de divórcio extrajudicial poderá ser diretamente averbada no Registro de Imóveis para fins de alteração do nome da pessoa divorciada.

25. No curso de um procedimento arbitral envolvendo a cobrança de expressivos valores alegadamente devidos pela Requerida, surgiram indícios de que esta se encontraria em vias de alienar a maior parte de seu patrimônio, comprometendo o cumprimento de eventual sentença arbitral condenatória. Diante disso, a Requerente pleiteou aos árbitros que determinassem a indisponibilidade de determinado bem imóvel da Requerida. Sendo acolhido o pedido da Requerente, assinale a alternativa correta a respeito da providência a ser tomada pelos árbitros para tornar indisponível o bem imóvel em questão:

- a. Os árbitros devem expedir uma carta arbitral para que o órgão jurisdicional do foro competente determine a indisponibilidade do bem imóvel da Requerida, sendo a decisão judicial comunicada ao Oficial de Registro de Imóveis para que proceda à devida averbação;
  - b. Os árbitros devem expedir uma carta de ordem para que o órgão jurisdicional do foro competente determine a indisponibilidade do bem imóvel da Requerida, sendo a decisão judicial comunicada ao Oficial de Registro de Imóveis para que proceda à devida averbação;
  - c. Os árbitros devem expedir uma carta precatória para que o órgão jurisdicional do foro competente determine a indisponibilidade do bem imóvel da Requerida, sendo a decisão judicial comunicada ao Oficial de Registro de Imóveis para que proceda à devida averbação;
  - d. Os árbitros devem expedir uma carta rogatória para que o órgão jurisdicional do foro competente determine a indisponibilidade do bem imóvel da Requerida, sendo a decisão judicial comunicada ao Oficial de Registro de Imóveis para que proceda à devida averbação.
26. Quando devidamente pactuada, a arbitragem é forma de solução de conflitos de trabalho:
- a. Exclusivamente coletivos;
  - b. Individuais e coletivos, desde que haja previsão em convenção coletiva de trabalho;
  - c. Advindos da rescisão do contrato de trabalho, desde que o trabalhador esteja assistido pelo sindicato da categoria profissional;
  - d. Individuais, quando a remuneração do empregado for superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios da Previdência Social.
27. Segundo a **Lei n° 9.307/96**, com relação à figura do árbitro no procedimento de arbitragem, é **CORRETO** afirmar:
- a. As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número par, podendo nomear, também, os respectivos suplentes;
  - b. Sendo nomeados vários árbitros, estes, por maioria, elegerão o presidente do tribunal arbitral. Não havendo consenso, será designado presidente o mais idoso;
  - c. As partes poderão deverão aceitar o árbitro nomeado segundo regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, quando o conflito for oriundo de um contrato com cláusula arbitral cheia;
  - d. O árbitro em hipótese alguma pode ser substituído, exceto em caso de falecimento.
28. Considerando o **Art. 31** da Lei de Arbitragem, **NÃO** é motivo de nulidade da sentença arbitral se:
- a. emanou de quem não podia ser árbitro;
  - b. for nula a convenção de arbitragem;
  - c. for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;
  - d. for proferida após o prazo de 3 meses, a conta da data em que foi instituída a arbitragem.

29. Consideramos arbitragem por equidade quando:

- a. não haja violação aos bons costumes e à ordem pública;
- b. o árbitro decide a controvérsia fora das regras de direito de acordo com seu real saber e entender;
- c. a arbitragem que envolve a administração pública;
- d. não está especificado no compromisso arbitral que a arbitragem será por Direito.

30. Em relação à arbitragem, é **CORRETO** afirmar que:

- a. Há possibilidade de controle judicial, inclusive para rediscutir o decidido;
- b. Os árbitros são equiparados aos servidores públicos para efeitos penais;
- c. A sentença arbitral trata-se de um título executivo extrajudicial;
- d. É possível ser imposta compulsoriamente em qualquer contrato.

✂-----

**GRADE DE RESPOSTAS** (Somente esta parte poderá ser destacada)

<b>QUESTÕES</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>RESPOSTAS</b>																				

<b>QUESTÕES</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>										
<b>RESPOSTAS</b>																				